



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Município de Pombal

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Largo do Cardal

3100-440 Pombal

Assunto: Envio de informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal

Conforme preconizado no artigo 77 da Lei 73/2013 “*Compete ao auditor externo que procede anualmente á revisão legal das contas remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira*”. Neste sentido, serve a presente para remeter ao Ex.mo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal de Pombal a informação sobre a situação económica e financeira do Município reportado a 30 junho de 2020, documento que anexamos.

Com base no trabalho efetuado e explanado no documento, concluímos que o Município de Pombal dispõe de condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 junho de 2020.

Lisboa, 14 setembro de 2020

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda. (Inscrita na OROC sob o n.º 213)

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

Município de Pombal

Informação do auditor externo sobre a situação
económica e financeira semestral a

30 de junho de 2020

Índice

1. Informação do auditor externo	3
2. Introdução	4
3. Procedimentos de auditoria.....	5
4. Execução orçamental.....	6
4.1 Execução orçamental da receita	7
4.2 Execução orçamental da receita – Comparação com período homólogo	11
4.3 Execução orçamental da despesa	12
4.4 Execução da Despesa – Comparação com o período homólogo	16
4.5 Equilíbrio Orçamental	16
4.6 Rácios receita / despesa.....	16
4.7 Grandes Opções do Plano (GOP)	17
4.8 Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental	19
4.8.1 Compromissos assumidos	19
4.8.2 Pagamentos em atraso	19
4.8.3 Mapa de fluxos de caixa.....	19
4.8.4 Endividamento.....	19
4.9 Deveres de informação.....	20
5. Demonstrações financeiras	20
5.1 Balanço – Ativo	21
5.2 Balanço – Fundos Próprios e Passivo	24
5.3 Demonstração dos resultados	25



1. Informação do auditor externo

Ao Presidente da Assembleia Municipal,

Introdução

Para efeitos do disposto na al. d) do N.º 2 do Art.º 77 da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira.

Âmbito do trabalho

O Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares (semestrais), pelo que o trabalho desenvolvido teve como suporte a informação contabilística disponível, nomeadamente, balancetes analíticos relativos ao primeiro semestre, bem como os mapas de execução orçamental da receita e despesas preparados pelo Município. A presente informação não é uma auditoria de demonstrações financeiras e, por conseguinte, não é emitido parecer sobre as mesmas, resultando num mero relato da posição económica e financeira do Município conforme requerido por lei.

Não obstante ao princípio subjacente a esta informação, foi obtida uma compreensão do sistema de controlo interno do MUNICÍPIO DE POMBAL, desenvolvidos procedimentos substantivos de revisão analítica, execução de procedimentos de detalhe numa base de amostragem à execução da receita e da despesa, conforme se detalha ao longo do documento.

Conclusão

Em resultado do trabalho desenvolvido concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição financeira do MUNICÍPIO DE POMBAL é consistente com a do ano anterior e que à data de referência, o total da dívida representa 8,09% (30 de junho de 2019 – 8,7%) do máximo legal permitido. Expressamos também que o Município dispõe das condições financeiras necessárias para cumprir as obrigações assumidas a 30 de junho de 2020.

Lisboa, 14 de setembro de 2020

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda. (Inscrita na OROC sob o n.º 213)

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713



2. Introdução

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, que deveria ter entrado em vigor no dia 1 de janeiro de 2017. No entanto a sua implementação foi diferida por via do Decreto-Lei n.º 96/2015 de 21 de dezembro. Este decreto considerou que não estavam reunidas as condições para a entrada em vigor do SNC-AP, levando a sucessivos adiamentos. Só com a publicação da lei que aprovou o orçamento de estado para o exercício de 2020 é que se tornou obrigatória a adoção do SNC-AP, a partir de 1 janeiro de 2020.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

As entidades públicas sujeitas ao SNC-AP, são obrigadas a preparar um balanço de abertura relativo ao primeiro exercício da sua aplicação. Tal implica um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior (POCAL), no entanto a introdução da informação comparativa não obriga a reexpressar a mesma de acordo com as NCP relevantes.

Tendo em consideração o supra descrito, os números comparativos contidos no balanço em análise referem-se aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente. Por outro lado, os comparativos no que diz respeito à demonstração de resultados referem-se ao 1 semestre de 2020 e 2019, respetivamente.

A informação económica e financeira aqui contida inclui não só os registos que decorrem da despesa paga e receita liquidada durante o exercício de 2020, mas também, todos os custos e proveitos que respeitam ao mesmo período, independentemente da data do seu pagamento e/ou recebimento.

O nosso trabalho incidiu sobre os documentos disponibilizados e recolhidos, durante o trabalho de campo, nomeadamente, balancetes analíticos, mapas de execução orçamental, mapa de responsabilidades de crédito, mapas com o serviço da dívida e grandes opções do plano, todos reportados a 30 de junho de 2020.

As considerações efetuadas ao longo do presente relatório decorrem de procedimentos substantivos executados quer ao nível das demonstrações financeiras quer ao nível dos mapas de execução orçamental do Município, proporcionando ao auditor informação necessária para se pronunciar sobre a posição económico-financeira do Município.

Dentro das limitações existentes, é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Com base no trabalho realizado e nas conclusões retiradas, elaborámos o presente relatório semestral, sobre a situação económica e financeira, nos termos da alínea d) acima transcrita, o qual submetemos aos órgãos executivo e deliberativo.

3. Procedimentos de auditoria

O nosso trabalho abrangeu, entre outros, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- Reuniões com o chefe de Divisão de Administração e Finanças Municipais, para indagação de factos relevantes no contexto do Município e à prestação de informação financeira e patrimonial;
- Leitura e análise de atas, contratos e outros elementos que julgámos relevantes;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município;
- Reconciliação do mapa de execução orçamental da receita com a contabilidade patrimonial, que inclui verificação da receita reconhecida em proveitos e verificação da apresentação da receita por cobrar no balanço apresentado;
- Análise, por amostragem, de guias de receita de vendas e prestações de serviços, verificação dos protocolos subjacentes às transferências correntes obtidas e confirmação de recebimento efetivo de transferências correntes e de capital;

- Reconciliação do mapa de execução orçamental da despesa com a contabilidade patrimonial, que inclui a verificação da despesa reconhecida em custos e verificação da despesa por pagar no balanço apresentado;
- Análise, por amostragem, de documentos de execução de despesa e verificação de cumprimento das fases da despesa, incluindo o processo de contratação;
- Verificação da correta apresentação da receita e da despesa, tanto nos mapas de execução orçamental, como na demonstração dos resultados, tendo em conta, sobretudo, a sua natureza;
- Recálculo das taxas de execução da despesa e da receita;
- Realização de procedimentos analíticos nomeadamente:
 - o Comparação da informação financeira com a apresentada no período homólogo;
 - o Comparação dos mapas de execução orçamental com os apresentados no período homólogo;

Seguidamente, e sempre que se considerar relevante, serão apresentados mais detalhes sobre procedimentos de auditoria executados e principais conclusões.

4. Execução orçamental

O quadro abaixo visa apresentar as dotações de receita e de despesa, face à receita cobrada e despesa paga, com referência a 30 de junho de 2020. Os desvios evidenciados correspondem às receitas estimadas não recebidas e às despesas orçamentadas não pagas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da receita e da despesa.

Neste âmbito, é importante ser considerado pelos leitores do presente relatório, que os dados inscritos na coluna de Previsões / Dotações corrigidas referem-se aos orçamentos elaborados para o exercício de 2020 na sua integralidade, enquanto que a execução compreende apenas o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2020, motivo pelo qual o grau de execução não se encontra próximo de 100%.

30 de junho de 2020	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 318 613,00 €	15 692 080,42 € -	17 626 532,58 €	47%
Receita de capital	6 354 125,00 €	2 085 253,52 € -	4 268 871,48 €	33%
Outras receitas	7 457 916,10 €	7 500 969,20 €	43 053,10 €	101%
Total - Receita	47 130 654,10 €	25 278 303,14 € -	21 852 350,96 €	54%

O nível de execução global da receita total situou-se nos 54% (54 % em 2019) enquanto o nível de execução da despesa global se firmou em 33% (34% em 2019).

A execução global da receita é influenciada pela execução do saldo “na posse do serviço”, que transita da gerência anterior, e para o qual é sempre considerada execução plena, motivo pelo qual a rubrica “outras receitas” que apresenta uma execução superior a 100%.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita/pagamento do Município no fim do 1º semestre, para os anos de 2017 a 2020, que confirma que a receita corrente executada é suficiente para fazer face a despesa corrente executada, nos vários semestres.

Principais indicadores económicos	1º semestre 2020	1º semestre 2019	1º semestre 2018	1º semestre 2017
Total de receita cobrada líquida	25 278 303,14 €	24 936 912,20 €	21 824 743,06 €	26 424 852,84 €
Total de despesa paga	15 510 969,72 €	15 678 749,49 €	13 911 714,45 €	19 565 882,58 €
Saldo do semestre	9 767 333,42 €	9 258 162,71 €	7 913 028,61 €	6 858 970,26 €
Saldo corrente (semestre)	5 552 990,45 €	6 013 791,53 €	5 891 442,75 €	5 565 737,49 €

4.1 Execução orçamental da receita

No que respeita à execução orçamental da receita, com referência a 30 de junho de 2020, esta subdivide-se de acordo com o quadro abaixo:

30 de junho de 2020	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 318 613,00 €	15 692 080,42 € -	17 626 532,58 €	47%
Receita de capital	6 354 125,00 €	2 085 253,52 € -	4 268 871,48 €	33%
Outras receitas	7 457 916,10 €	7 500 969,20 €	43 053,10 €	101%
Total - Receita	47 130 654,10 €	25 278 303,14 € -	21 852 350,96 €	54%

A receita prevista corresponde ao montante de receitas estimadas para o ano de 2020 e a receita cobrada líquida corresponde a verbas efetivamente recebidas para o período em referência. Destaca-



se, a este respeito e a esta data, a reduzida execução de receita de capital, face ao que havia sido inicialmente estimado.

O valor das receitas totais líquidas do ano de 2020 encontram-se em linha com o exercício de 2019, tendo sido cobrado o montante de 17.777.333,94€ (exclui o valor inscrito em “outras receitas por não reportarem diretamente à execução da atividade corrente do município). No mesmo período do ano transato, o montante cobrado foi de 17.600.244,26 €.

Receita Corrente

A execução global da receita firma-se em 54%, destacando-se uma execução da receita corrente de 47%. A receita corrente detalha-se conforme se apresenta:

Receita corrente	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar	Grau de execução orçamental
01. Impostos diretos	10 068 173,00 €	4 961 381,89 € -	5 106 791,11 €	49%
02. Impostos indiretos	- €	2 414,80 €	2 414,80 €	0%
04. Taxas, multas e outras penalidades	642 156,00 €	250 792,17 € -	391 363,83 €	39%
05. Rendimentos de propriedades	2 177 390,00 €	631 895,10 € -	1 545 494,90 €	29%
06. Transferências correntes	14 815 771,00 €	7 610 447,60 € -	7 205 323,40 €	51%
07. Vendas de bens e serviços correntes	5 494 405,00 €	2 207 885,23 € -	3 286 519,77 €	40%
08. Outras receitas correntes	120 718,00 €	27 263,63 € -	93 454,37 €	23%
Total - Receita corrente	33 318 613,00 €	15 692 080,42 € -	17 626 532,58 €	47%

Os Impostos diretos representam 30% da receita corrente global orçamentada e cerca de 32% da receita corrente cobrada.

Ao nível dos impostos diretos, a taxa de execução cifra-se nos 49% sendo que o imposto único de circulação, o imposto municipal sobre imóveis e o imposto municipal sobre transferências onerosas atingem uma execução superior a 50%, conforme se apresenta:

Impostos diretos	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar	Grau de execução orçamental
Imposto municipal sobre imóveis	6 122 099,00 €	3 194 263,25 € -	2 927 835,75 €	52%
Imposto único de circulação	1 479 765,00 €	752 170,95 € -	727 594,05 €	51%
Imposto municipal sobre transf. onerosas de imóveis	1 396 507,00 €	1 003 981,64 € -	392 525,36 €	72%
Derrama	1 069 802,00 €	10 966,05 € -	1 058 835,95 €	1%
Total - Impostos diretos	10 068 173,00 €	4 961 381,89 € -	5 106 791,11 €	49%

As transferências correntes representam 44% da receita corrente global orçamentada e cerca de 48% da receita corrente cobrada. São recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A execução em sede de transferências correntes, de 51%, resulta de uma receita cobrada ligeiramente acima da receita estimada para o 1 semestre de 2020.

Transferências correntes	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar	Grau de execução orçamental
Privadas	81 639,00 €	393,60 € -	81 245,40 €	0%
Companhias de seguros e fundos de pensões	42 381,00 €	3 433,79 € -	38 947,21 €	8%
Fundo de equilíbrio financeiro	10 945 097,00 €	5 472 546,00 € -	5 472 551,00 €	50%
Fundo Social Municipal	833 948,00 €	416 970,00 € -	416 978,00 €	50%
Participação variável no IRS	1 176 789,00 €	588 390,00 € -	588 399,00 €	50%
Participação no Iva - art 26 da lei 73/2013	244 428,00 €	122 208,00 € -	122 220,00 €	50%
Fundo social europeu	57 701,00 €	90 036,78 €	32 335,78 €	156%
FEAC - Fundo europeu de auxílio às pessoas mais carenciadas	11 345,00 €	1 816,66 € -	9 528,34 €	16%
Feder - Transferências correntes	76 433,00 €	23 654,14 € -	52 778,86 €	31%
Serviços e fundos autónomos	1 311 421,00 €	878 966,77 € -	432 454,23 €	67%
Famílias	34 589,00 €	12 031,86 € -	22 557,14 €	35%
Total - Transferências correntes	14 815 771,00 €	7 610 447,60 € -	7 205 323,40 €	51%

Na rubrica de transferências correntes, ao nível da receita cobrada líquida, destacam-se as seguintes categorias de receita:

- *O Fundo de equilíbrio financeiro (FEF)* - representa a receita do Município no âmbito da sua participação nos impostos do estado e decorre da Lei n.º 114/2017, mapa XIX. Com referência ao período em análise, foi recebido 50% do valor estimado, o que corresponde à receita dos 6 meses do ano. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 5.472.546,00 € e cruzámos os valores aqui inscritos com os apresentados no mapa XIX, publicado em conjunto com o orçamento do estado para 2020.
- *O Fundo Social Municipal (FSM) e Participação variável no IRS* - representam a receita do Município no âmbito da sua participação nos impostos do estado e decorre da Lei n.º 114/2017, mapa XIX. Com referência ao período em análise, foi recebido 50% do valor estimado, que corresponde à receita do semestre. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 416.970,00 € e 588.390,00€ e cruzámos os valores aqui inscritos com os apresentados no mapa XIX, publicado em conjunto com o orçamento do estado para 2020

- *Os Serviços e Fundos autónomos do Estado:* - representam, principalmente, a receita recebida da DGEST para financiamento das competências atribuídas ao Município, no âmbito do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, atribuídos de acordo com o nº3 do art.35 da Lei 73/2013. Com referência ao período em análise, esta receita corresponde a 66,6% do total do valor recebido em serviços e fundos autónomos do estado. Do total recebido da DGEST foi devidamente ajustado na contabilidade patrimonial, o montante de 364.021,70 € que corresponde valores recebidos em 2020, mas relativo a 2019.

Destaca-se também uma execução inferior às expectativas na rubrica “05 – Rendimentos de propriedades” (29%). A fraca execução é justificada pelo facto de ainda não se encontrar registada a renda da EDP relativa ao 2 trimestre de 2020. Voltamos a chamar a atenção para a necessidade de especialização de exercícios.

Receita de Capital

No âmbito da análise da receita de capital cumpre-nos destacar a sua relevância no orçamento da receita do Município, sobretudo no que respeita às transferências de capital. Veja-se:

Receita de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar	Grau de execução orçamental
09. Venda de bens de investimento	950 356,00 €	320 000,00 € -	630 356,00 €	34%
10. Transferências de capital	5 353 769,00 €	1 765 253,52 € -	3 588 515,48 €	33%
13. Outras receitas de capital	50 000,00 €	- € -	50 000,00 €	0%
Total - Receita de capital	6 354 125,00 €	2 085 253,52 € -	4 268 871,48 €	33%

A execução das transferências de capital é de 33%. Esta execução, justifica-se pela execução financeira dos financiamentos comunitários, FEDER, Fundo de coesão e Serviços e fundos Autónomos assim como na participação do estado dos impostos em capital.

Transferências de capital	Dotações corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 216 122,00 €	608 058,00 € -	608 064,00 €	50%
Art. 35.º n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1 311 175,00 €	655 584,00 € -	655 591,00 €	50%
Feder	1 969 983,00 €	496 086,52 € -	1 473 896,48 €	25%
Feader	12 452,00 €	- € -	12 452,00 €	0%
Fundo de coesão	417 813,00 €	- € -	417 813,00 €	0%
Serviços e fundos autónomos	256 010,00 €	5 525,00 € -	250 485,00 €	2%
Administração local	170 214,00 €	- € -	170 214,00 €	0%
Total - Transferência de capital	5 353 769,00 €	1 765 253,52 € -	3 588 515,48 €	33%

Para finalizar as notas referentes ao controlo orçamental da receita, mostra-se, no quadro abaixo, receitas que transitam por cobrar no período em referência, e que se espera que sejam cobradas posteriormente.

Controlo orçamental da receita 1º semestre de 2020	Valor
Previsões corrigidas	47 130 654,10 €
Receita por cobrar no início do ano	257 451,67 €
Receita cobrada líquida	25 278 303,14 €
Receita por cobrar no final do semestre	310 820,36 €

Voltamos a chamar a atenção para a necessidade de regularizar os montantes de receita por cobrar no início do ano, uma vez que pela análise efetuada às rubricas mais significativas, os montantes em atraso transitam de exercícios anteriores, entre 2003 e 2018.

4.2 Execução orçamental da receita – Comparação com período homólogo

Comparativamente com igual período do ano transato, calculando o grau de execução orçamental da receita global com base na receita cobrada líquida, não existem variações a registar, uma vez que o grau de execução se mantém nos 54%

Classificação económica	30 de junho de 2020			30 de junho de 2019		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 318 613,00 €	15 692 080,42 €	47%	33 118 323,76 €	16 141 621,44 €	49%
Receita de capital	6 354 125,00 €	2 085 253,52 €	33%	5 488 484,00 €	1 458 622,82 €	27%
Outras receitas	7 457 916,10 €	7 500 969,20 €	101%	7 334 105,92 €	7 336 667,94 €	100%
Total - Receita	47 130 654,10 €	25 278 303,14 €	54%	45 940 913,68 €	24 936 912,20 €	54%

Conforme se mostra na tabela abaixo, a execução da receita corrente cifra-se nos 47%, menos 1% que a receita corrente apurada em igual período do ano anterior. Comparativamente, a receita corrente apresenta a seguinte composição:

Classificação económica	30 de junho de 2020			30 de junho de 2019		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
01. Impostos diretos	10 068 173,00 €	4 961 381,89 €	49%	9 864 530,00 €	4 946 313,50 €	50%
02. Impostos indiretos	- €	2 414,80 €	0%	144 903,00 €	66 242,67 €	46%
04. Taxas, multas e outras penalidades	642 156,00 €	250 792,17 €	39%	659 830,00 €	246 375,46 €	37%
05. Rendimentos de propriedades	2 177 390,00 €	631 895,10 €	29%	2 151 802,00 €	690 385,37 €	32%
06. Transferências correntes	14 815 771,00 €	7 610 447,60 €	51%	14 094 787,76 €	7 237 706,08 €	51%
07. Vendas de bens e serviços correntes	5 494 405,00 €	2 207 885,23 €	40%	6 137 725,00 €	2 916 591,12 €	48%
08. Outras receitas correntes	120 718,00 €	27 263,63 €	23%	64 744,00 €	38 007,24 €	59%
Total - Receita corrente	33 318 613,00 €	15 692 080,42 €	47%	33 118 323,76 €	16 141 621,44 €	49%

Com base no trabalho efetuado confirmámos que:

- o Município cumpriu os requisitos legais para a cobrança de receita, uma vez que verificámos que não existe receita cobrada em classificações económicas que não tenham previsão no Orçamento. De acordo com instruções da DGAL, a rubrica 02 deixou de ser aplicada às autarquias. Tal facto já foi levado a reunião de assembleia municipal de fevereiro, onde se propôs uma alteração permutativa ao orçamento da receita, para transferir as dotações prevista na rubrica 02 para a rubrica 04.
- a execução orçamental da receita corrente (bruta) com a execução da despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo permitem-nos concluir que o equilíbrio orçamental previsto na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, está a ser cumprido.

4.3 Execução orçamental da despesa

A execução orçamental da despesa, com referência ao 1.º semestre de 2020, apresenta-se da seguinte forma:

30 de junho de 2020	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesa corrente	26 258 781,31 €	22 072 418,71 €	10 139 089,97 €	11 933 328,74 €	84%	39%
Despesa de capital	20 871 872,79 €	17 503 095,08 €	5 371 879,75 €	12 131 215,33 €	84%	26%
Total - Despesa	47 130 654,10 €	39 575 513,79 €	15 510 969,72 €	24 064 544,07 €	84%	33%

Calculando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, esta firma-se em cerca de 33%.

Por outro lado, refira-se que, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental aumenta de 33% para 84%.

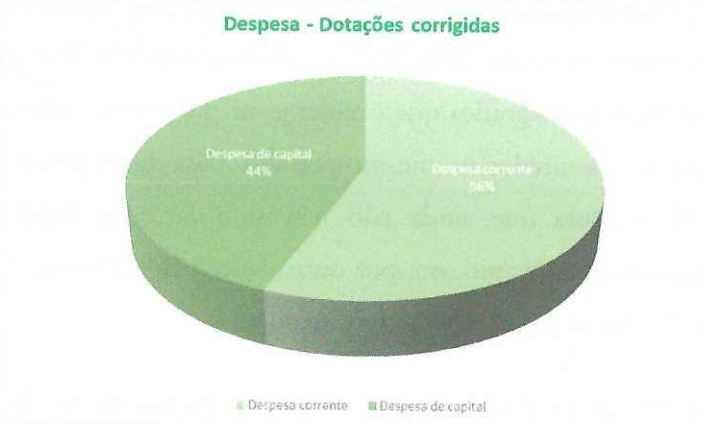
Do total de despesa comprometida, o montante de (15.510.969,72€) corresponde a serviços prestados e faturas emitidas que foram liquidadas pelo Município durante o 1.º semestre de 2020.



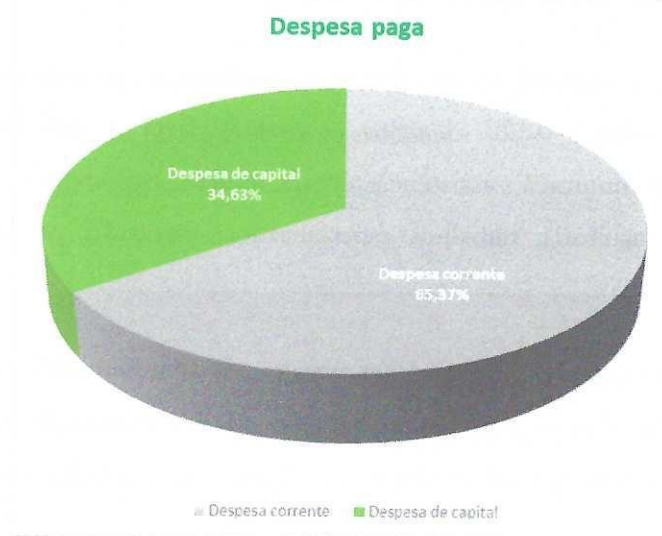
O remanescente, 24.064.544,07 €, corresponde a compromissos assumidos com fornecedores, relativos a serviços ainda não prestados e, por isso, não faturados e consequentemente não pagos pelo Município.

Os compromissos assumidos do exercício apresentam um montante inferior às dotações revistas, conforme exigência do normativo aplicável.

No que respeita ao orçamento global, revisto mediante aprovação em órgão deliberativo, a despesa corrente representa cerca de 56% da despesa total orçamentada e a despesa de capital corresponde a 44% desta. Veja-se:



Esta ponderação altera-se quando nos referimos à despesa paga no período, uma vez que a execução da despesa de capital se mostra reduzida face ao previsto. A despesa corrente paga representa 65% da despesa paga total e a despesa de capital corresponde a cerca de 35% da despesa liquidada no ano. Este facto decorre do nível de execução orçamental de ambas as categorias de despesa.



O detalhe da execução orçamental da despesa corrente apresenta-se de seguida:

Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa comprometida (exercício)	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
01. Despesas com pessoal	9 882 780,00 €	9 648 045,79 €	4 190 387,98 €	5 457 657,81 €	98%	42%
02.01 Aquisição de bens	2 316 000,00 €	1 854 403,13 €	714 463,39 €	1 139 939,74 €	80%	31%
02.02 Aquisição de serviços	9 554 251,31 €	7 313 558,07 €	3 382 502,42 €	3 931 055,65 €	77%	35%
03. Juros e outros encargos	23 700,00 €	21 663,75 €	11 406,36 €	10 257,39 €	91%	48%
04. Transferências correntes	3 896 050,00 €	2 840 234,99 €	1 520 111,23 €	1 320 123,76 €	73%	39%
05. Subsídios	71 000,00 €	71 000,00 €	36 835,63 €	34 164,37 €	100%	52%
06. Outras despesas correntes	515 000,00 €	323 512,98 €	283 382,96 €	40 130,02 €	63%	55%
Total - Despesa corrente	26 258 781,31 €	22 072 418,71 €	10 139 089,97 €	11 933 328,74 €	84%	39%

A análise do quadro supra permite-nos constatar que existe uma diferença entre o nível de execução da despesa paga, que se firma, a esta data, em 39%, e o grau de execução de despesa comprometida, que se apresenta em 84%, o que significa que o volume de pagamentos efetuados foi inferior ao montante de compromissos assumidos no mesmo período. Esta discrepância decorre do facto de ter sido comprometida despesa que ainda não terá sido faturada pelos fornecedores nem, consequentemente, paga pelo Município, ou, por outro lado, pelo facto de ainda não terem sido fornecidos os serviços / bens adquiridos já comprometidos.

A rubrica *01. Despesas com o pessoal* é uma das mais relevantes componentes das despesas correntes do Município e corresponde a 44% da despesa corrente comprometida e a 41% despesa corrente paga. Inclui remunerações processadas para os titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos e para o pessoal dos quadros, contratados a termo ou em regime de avença, encargos com remunerações, gastos com seguros, entre outros. Regista também, os encargos com remunerações que decorrem de contribuições a cargo da entidade patronal relativas a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações.

Cerca de 33% da despesa corrente comprometida e da despesa corrente paga destinaram-se à aquisição de serviços (rubrica *02.02 Aquisição de serviços*). Esta rubrica inclui despesas com eletricidade, gás natural, comunicação, assistência técnica, locação, conservação e reparação, estudos, pareceres e projetos, consultoria, trabalhos especializados, formação, publicidade, vigilância e segurança, entre outros.

Finalmente, destaca-se a rubrica *04. Transferências correntes*, que representa 13% da despesa corrente comprometida e 15% da despesa paga, sendo que esta rubrica contempla importâncias pagas a organismos e entidades, sem que tal implique, por parte das unidades beneficiárias, qualquer

contraprestação direta. Aqui incluem-se transferências efetuadas para as freguesias, famílias (prestações sociais a famílias carenciadas) e instituições sem fins lucrativos, etc.

Finalmente, apresenta-se abaixo a despesa global do período:

Decomposição despesa	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Remunerações certas permanentes	7 589 186,00 €	7 519 874,55 €	3 205 100,31 €	4 314 774,24 €	99%	42%
Abonos variáveis ou eventuais	215 350,00 €	214 857,00 €	97 960,91 €	116 896,09 €	100%	45%
Segurança social	2 078 244,00 €	1 913 314,24 €	887 326,76 €	1 025 987,48 €	92%	43%
Aquisição de bens	2 316 000,00 €	1 854 403,13 €	714 463,39 €	1 139 939,74 €	80%	31%
Aquisição de serviços	9 554 251,31 €	7 313 558,07 €	3 382 502,42 €	3 931 055,65 €	77%	35%
Juros da dívida pública	21 500,00 €	21 500,00 €	11 300,50 €	10 199,50 €	100%	53%
Outros encargos correntes da dívida pública	500,00 €	- €	- €	- €	0%	0%
Juros de locação financeira	1 200,00 €	- €	- €	- €	0%	0%
Outros juros	500,00 €	163,75 €	105,86 €	57,89 €	33%	21%
Administração central	500,00 €	- €	- €	- €	0%	0%
Administração local	1 538 350,00 €	963 488,43 €	718 003,61 €	245 484,82 €	63%	47%
Instituições sem fins lucrativos	1 129 800,00 €	863 291,64 €	507 845,40 €	355 446,24 €	76%	45%
Famílias (transferências correntes)	1 227 400,00 €	1 013 454,92 €	294 262,22 €	719 192,70 €	83%	24%
Soc.e quase-soc. não financeiras	51 000,00 €	51 000,00 €	21 068,24 €	29 931,76 €	100%	41%
Famílias (subsídios)	20 000,00 €	20 000,00 €	15 767,39 €	4 232,61 €	100%	79%
Diversas	515 000,00 €	323 512,98 €	283 382,96 €	40 130,02 €	63%	55%
Investimentos	10 364 772,79 €	8 928 618,19 €	2 134 023,01 €	6 794 595,18 €	86%	21%
Bens de domínio público	7 757 400,00 €	6 169 440,08 €	2 349 289,33 €	3 820 150,75 €	80%	30%
Administração central	77 000,00 €	75 000,00 €	75 000,00 €	- €	97%	97%
Administração local	1 413 200,00 €	1 133 170,48 €	439 018,96 €	694 151,52 €	80%	31%
Instituições sem fins lucrativos	696 100,00 €	681 123,64 €	124 785,46 €	556 338,18 €	98%	18%
Titulos a médio e longo prazo	20 000,00 €	19 750,00 €	- €	19 750,00 €	99%	0%
Unidades de participação	61 700,00 €	30 850,00 €	- €	30 850,00 €	50%	0%
Emprést. a médio e longo prazo	457 000,00 €	453 317,47 €	243 850,38 €	209 467,09 €	99%	53%
Outros passivos financeiros	24 700,00 €	11 825,22 €	5 912,61 €	5 912,61 €	48%	24%
Total	47 130 654,10 €	39 575 513,79 €	15 510 969,72 €	24 064 544,07 €	84%	33%

No que se refere à execução orçamental das despesas de capital, estas apresentam o seguinte detalhe:

Despesas de Capital	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
07. Aquisição de bens de capital	18 122 172,79 €	15 098 058,27 €	4 483 312,34 €	10 614 745,93 €	83%	25%
08. Transferências de capital	2 186 300,00 €	1 889 294,12 €	638 804,42 €	1 250 489,70 €	86%	29%
09. Ativos financeiros	81 700,00 €	50 600,00 €	- €	50 600,00 €	62%	0%
10. Passivos financeiros	481 700,00 €	465 142,69 €	249 762,99 €	215 379,70 €	97%	52%
Total - Despesas de capital	20 871 872,79 €	17 503 095,08 €	5 371 879,75 €	12 131 215,33 €	84%	26%

Com base no quadro supra, conclui-se que o grau de execução das despesas de capital baseado nos compromissos é de 84% e que o índice de pagamentos destas apresenta-se em 26%. Isto significa que, para um investimento global disponível de 18.122.172,79 € (que também corresponde ao valor

do PPI aprovado), o Município comprometeu, por via de celebração de contratos ou aquisições a fornecedores, 15.098.058,27€ e pagou 4.483.312,34€.

4.4 Execução da Despesa – Comparação com o período homólogo

Comparando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, verificamos que existe uma ligeira diminuição face a 2019, passando de 34 % para 33%.

Classificação económica	30 de junho de 2020				
	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
Despesa corrente	26 258 781,31 €	22 072 418,71 €	10 139 089,97 €	84%	39%
Despesa de capital	20 871 872,79 €	17 503 095,08 €	5 371 879,75 €	84%	26%
Total - Despesa	47 130 654,10 €	39 575 513,79 €	15 510 969,72 €	84%	33%

Classificação económica	30 de junho de 2019				
	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
Despesa corrente	26 026 941,05 €	21 879 009,31 €	10 127 829,91 €	84%	39%
Despesa de capital	19 913 972,63 €	15 884 125,23 €	5 550 919,58 €	80%	28%
Total - Despesa	45 940 913,68 €	37 763 134,54 €	15 678 749,49 €	82%	34%

Por outro lado, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental aumentou ligeiramente, passando de 82% para 84%.

4.5 Equilíbrio Orçamental

No que respeita ao equilíbrio orçamental, no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, define-se, entre outros aspetos, que os orçamentos das entidades do setor local devem prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Sem prejuízo deste facto, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente (...)”.

A esta data, o Município cumpre a regra do equilíbrio financeiro definido por Lei.

4.6 Rácios receita / despesa

Listamos abaixo um conjunto de rácios baseados nos dados orçamentais com referência ao 1º semestre de 2020:

30 de junho de 2020	Previsões / Dotações corrigidas	Execução
Grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente	127%	155%
Despesa		
Peso da despesa corrente na despesa total	56%	65%
Peso da despesa de capital na despesa total	44%	35%
Peso da despesa com o pessoal na despesa corrente	38%	41%
Peso da despesa com aquisição de bens e serviços na despesa corrente	45%	40%
Receita		
Peso da receita corrente na receita total	84%	88%
Peso da receita de capital na receita total	16%	12%
Peso das transferências correntes na receita corrente	44%	48%

Do ponto de vista da execução, a receita corrente executada superou a despesa corrente paga. Constata-se, deste modo, que a receita corrente foi suficiente para fazer face ao cumprimento da despesa corrente.

A despesa corrente representa 65% da despesa total paga. A despesa com pessoal representa 35% do total das despesas correntes pagas, e os pagamentos de despesas com aquisição de bens e serviços firmam-se em 40% da globalidade das despesas correntes pagas no período. A despesa de capital representa 41% da despesa total paga.

Conclui-se que a receita corrente representa 84% da receita total prevista e 88% da receita total executada e que as transferências correntes são a principal rubrica da receita corrente executada, conforme já havia sido anteriormente constatado, representando 48% da receita corrente cobrada.

4.7 Grandes Opções do Plano (GOP)

Nas Grandes Opções do Plano (GOPs) são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais mais relevantes da gestão autárquica (PAM).

As GOPs, de horizonte móvel de quatro anos (2020-2023), incluem todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pelo Município. Resumidamente, são quatro as funções das GOPs, conforme detalhe abaixo.

O valor executado no final do semestre foi de 8.527.622,98€, sendo o grau de execução das GOP's de cerca de 28,5%, no 1º semestre de 2020.

Obj.	Descrição	Montante Previsto			Montante Executado	% de execução
		Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Anual
1	Funções gerais	2 931 300,00 €	5 326 600,00 €	8 257 900,00 €	1 039 682,26 €	35%
2	Funções sociais	17 175 857,79 €	63 508 010,00 €	80 683 867,79 €	5 087 103,55 €	30%
3	Funções económicas	6 535 050,00 €	16 157 959,00 €	22 693 009,00 €	983 699,34 €	15%
4	Outras funções	3 283 900,00 €	7 722 100,00 €	11 006 000,00 €	1 417 137,83 €	43%
Total		29 926 107,79 €	92 714 669,00 €	122 640 776,79 €	8 527 622,98 €	28%

Incorporam estes valores, as modificações orçamentais efetuadas ao longo do ano, designadamente relativa à integração do saldo de gerência da execução orçamental nos termos previstos na nova redação da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, dada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

No quadro supra, o montante previsto para o exercício de 2020 corresponde apenas a 24,4% do total previsto para os 4 anos.

Nas funções sociais, com uma taxa de execução semestral de 35%, destacam-se as obras relacionadas com o setor da educação (construção e beneficiação dos edifícios escolares e seus equipamentos nomeadamente, beneficiação da biblioteca e auditório municipal, apoio escolar e transportes escolares, requalificação da escola C+S da Guia e a construção de novos centros escolares, na Guia, Vila Cã e Pelariga), obras relacionadas com o saneamento, abastecimento de água e valorização urbanística, (execução do parque de aventura e lazer de albergaria dos doze assim como a execução do corredor ribeirinho de Carnide), entre outros.

Como se verifica na análise acima a função designada na GOP de “Outras funções” apresenta uma taxa de execução (pagamento vs dotação) de 43%. Nesta função, encontramos justificação para as operações relacionadas com a dívida autárquica, transferências para entidade da administração central e autárquica, entre outras, conforme detalhe abaixo.

Obj.	Descrição	Montante Previsto			Montante executado	% de execução
		Ano	Anos seguintes	Total	Ano	
41	Operações da dívida autárquica	479 000,00 €	1 437 000,00 €	1 916 000,00 €	255 150,88 €	53%
422	Outros apoios concedidos	51 000,00 €	153 000,00 €	204 000,00 €	21 068,24 €	41%
423	Comparticipações assoc. intermunicipais, parcerias e quotiz.	64 000,00 €	192 000,00 €	256 000,00 €	10 366,67 €	16%
424	Transferências p/ a administração central	142 000,00 €	240 000,00 €	382 000,00 €	68 396,70 €	48%
425	Contratos, acordos, apoios e transf. para as freguesias	2 486 200,00 €	5 514 000,00 €	8 000 200,00 €	1 062 155,34 €	43%
431	Participação em sociedades, associações e Setor Empr. Local	61 700,00 €	186 100,00 €	247 800,00 €	- €	0%
Total		3 283 900,00 €	7 722 100,00 €	11 006 000,00 €	1 417 137,83 €	43%

De salientar:

- as transferências realizadas para as freguesias, no âmbito dos acordos de colaboração, execução e também contratos inter-administrativos e outros apoios efetuados,

- as operações de dívida autárquica, que corresponde a amortização de capital e juros dos empréstimos de médio/longo prazo contratados com as instituições financeiras e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

4.8 Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental

4.8.1 Compromissos assumidos

O valor dos compromissos assumidos relativos a 30.06.2020 é de 39.575.513,79 €, de acordo informação apresentada no controlo orçamental da despesa.

4.8.2 Pagamentos em atraso

De acordo com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, pagamentos em atraso são aqueles que se encontram apresentados nas contas a pagar, e que permaneçam nessa situação mais de 90 dias após data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Do cruzamento realizado entre os compromissos e a despesa paga reportados no Mapa de controlo orçamental da despesa e no mapa dos pagamentos em atraso, excluindo as classificações económicas 09- Ativos financeiros e 10-Passivos financeiros que não são reportadas no mapa de pagamentos em atraso, confirmamos que o Município não apresenta pagamentos em atraso.

4.8.3 Mapa de fluxos de caixa

O mapa de fluxos de caixa apresenta o saldo para a gerência seguinte de 12.193.345,39 €, consistente com caixa e depósitos do balanço.

4.8.4 Endividamento

No que respeita ao endividamento, o artigo 52º da Lei 73 / 2013 apresenta as disposições legais que regulam o regime de crédito dos Municípios. A dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (49.653.774,07€). A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Descrição	Valor
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	553 323,64 €
Fornecedores c/c	467 885,37 €
Estado	185 397,05 €
Empréstimos	2 675 084,62 €
Fornecedores de Investimento	121 249,96 €
Operações extraorçamentais	4 017 122,74 €
Outros devedores e credores	12 301,63 €
SM + AM + SEL + entidades participadas	1 880,47 €
Endividamento total do Município	8 034 245,48 €
Operações extraorçamentais	- 4 017 122,74 €
Endividamento total excluindo operações extraorçamentais	4 017 122,74 €
Limite legal de endividamento	49 653 774,07 €
Margem	45 636 651,33 €

Em face do exposto e considerando o limite máximo de endividamento permitido (49.653.774,07 €), concluímos que o município cumpre o limite legal, dispondo ainda de uma margem de segurança positiva de 45.636.651,33 €.

4.9 Deveres de informação

No que respeita a eventuais incumprimentos relativos aos deveres de informação, nada chegou ao nosso conhecimento.

5. Demonstrações financeiras

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados salientando, no entanto, que a reexpressão da informação financeira relativa ao exercício anterior (comparativos) é apresentada através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo

com SNC-AP, ainda não totalmente revistos, pelo que os números aqui apresentados podem não ser totalmente comparáveis.

De salientar ainda que o Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares, pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte os balancetes disponibilizados, bem como a análise efetuada às contas. Neste aspeto e no que respeita às amortizações, considerando que se trata de uma informação semestral, considerámos para efeitos de cálculo dos resultados líquidos, metade do valor das amortizações anuais de 2019 (9.950.807,43 €/2), valor meramente indicativo).

Tendo em consideração o supra descrito, os números comparativos contidos no balanço em análise referem-se aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respetivamente. Por outro lado, os comparativos no que diz respeito à demonstração de resultados referem-se ao 1º semestre de 2020 e 2019.

5.1 Balanço – Ativo

No final do 1 semestre de 2020 o ativo do Município atingiu os 246.101.036,89 €, o que reflete um aumento de 0,80 % face ao exercício de 2019 (244.137.515,52€). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.



Rubricas	Data	
	30.06.2020	31.12.2019 (POCAL)
Ativo		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	229 209 718,87 €	229 518 925,27 €
Activos intangíveis	132 611,50 €	114 284,50 €
Participações financeiras	1 779 000,00 €	1 779 000,00 €
Outras contas a receber	127 132,75 €	- €
Total dos activos não correntes	231 248 463,12 €	231 412 209,77 €
Activo corrente		
Inventários	113 887,97 €	133 900,91 €
Clientes, contribuintes e utentes	1 895 753,18 €	1 147 199,60 €
Estado e outros entes públicos	612 328,46 €	560 880,77 €
Outras contas a receber	37 258,78 €	959 261,90 €
Diferimentos	- €	4 509,94 €
Activos financeiros detidos para negociação	- €	- €
Outros activos financeiros	- €	- €
Caixa e depósitos	12 193 345,39 €	9 919 552,63 €
Total dos activos correntes	14 852 573,78 €	12 725 305,75 €
Total do activo	246 101 036,90 €	244 137 515,52 €

Os ativos fixos tangíveis representam 93 % do total do ativo. O aumento dos ativos está relacionado com a política de investimento publico, nomeadamente em setores estratégicos como a requalificação urbana da cidade, nomeadamente:

- beneficiação das instalações da Casa Varela,
- reabilitação do Centro de Saúde do Lourical
- requalificação da Rua Custodio Freire
- requalificação do Jardim do Cardal
- requalificação do Jardim das Laranjeiras
- requalificação Urbana de Governos - Vinagres
- construção de condutas e estações elevatórias do emissário de Carnide-Lourical
- construção de Redes e Estações Elevatórias de Alhais, Silveirinha Grande, Silveirinha Pequena, Vieirinhos e Claras
- parque desportivo de Abiul
- requalificação EM 530 (Pombal/Vicentes) e CM 1053 (Vicentes/Cumieira)

Ambos os projetos apresentam execução a 30 de junho 2020, sendo que nesta data já tinha sido executado o montante de 1.972.362,58 €, o que corresponde a cerca de 51% do valor de investimento previsto para estas obras (total previsto: 3.839.800,00 €)

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos na área do imobilizado, foram detetados alguns registos patrimoniais que carecem de regularização, por se tratar de obras que já se encontram concluídas e ainda não transferidas para imobilizado firme. Voltamos a chamar a atenção para a necessidade de correção desta situação, por considerarmos tratar-se de uma lacuna de controlo interno que deve ser revista.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes apresentam um aumento de cerca de 65% face ao período anterior (junho 2020: 1.895,753,18€ e dezembro 2019: 1.147.199,60 €). Para este aumento, pode contribuir os movimentos pendentes de registo, quer nas reconciliações bancárias quer de operações que já ocorreram, mas que ainda não se encontram confirmados pelos serviços do município.

Salientamos a este nível, a necessidade de rigor contabilístico no que se refere ao registo dos recebimentos da receita, nomeadamente, nas receitas próprias. Note-se que, com a entrada do SNC-AP, os registos devem ser efetuados tendo em consideração o princípio da especialização.

Os depósitos em instituições financeiras representam os saldos que o Município tem depositados em instituições bancárias (contas à ordem). Este montante está de acordo com o último resumo de diário de tesouraria.

Obtivemos as reconciliações bancárias, bem como os respetivos extratos bancários e confirmação externa, tendo concluído que existem diversos movimentos em aberto que devem ser analisados e regularizados, uma vez que transitam de exercícios/meses anteriores e ainda se encontram pendentes de registo. Não obstante das regularizações já efetuadas em julho de 2020, importa referir que o Município deve procurar registar todos os movimentos pendentes no banco, a cada data de relato, pelo menos. Tal procedimento melhora a execução da receita, por outro lado, cumpre com maior rigor o princípio da especialização dos exercícios.

5.2 Balanço – Fundos Próprios e Passivo

Rubricas	Data	
	30.06.2020	31.12.2019 (POCAL)
Património Líquido		
Património/Capital	48 694 139,89 €	48 694 139,89 €
Reservas	5 077 308,60 €	5 077 308,60 €
Resultados transitados	112 985 391,06 €	109 755 805,49 €
Ajustamentos em activos financeiros	25 000,00 €	25 000,00 €
Outras variações no Património líquido	69 767 114,33 €	68 017 844,14 €
Resultado líquido do período	- 967 990,20 €	3 233 193,50 €
Total do Património líquido	235 580 963,68 €	234 803 291,62 €
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	2 601 173,97 €	1 893 453,34 €
Financiamentos obtidos	2 834 299,36 €	2 834 299,36 €
Fornecedores de investimento	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós emprego	- €	- €
Outras contas a pagar	4 505,98 €	37 446,65 €
Total dos passivos não correntes	5 439 979,31 €	4 765 199,35 €
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios concedidos	140 922,10 €	- €
Fornecedores	467 885,37 €	274 070,46 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €
Estado e outros entes públicos	186 629,87 €	97 876,54 €
Financiamentos obtidos	253 186,80 €	441 852,70 €
Fornecedores de investimento	121 249,96 €	- €
Outras contas a pagar	3 548 738,05 €	3 755 224,85 €
Diferimentos	361 481,75 €	- €
Total dos passivos correntes	5 080 093,90 €	4 569 024,55 €
Total do Passivo	10 520 073,21 €	9 334 223,90 €
Total do Património líquido e passivo	246 101 036,89 €	244 137 515,52 €

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 235.590.963,68 €, o que traduz um acréscimo de cerca de 70% (68.790.431,50€) relativamente ao valor certificado no ano anterior (166.790.532,18€). Este crescimento é consequência, essencialmente, da alteração da política contabilística no que se refere à contabilização dos subsídios ao investimento em ativos fixos, que

passaram a ser contabilizados na rubrica de outras variações no património líquido, assim como ao registo das transferências de capital.

Relativamente aos financiamentos obtidos, considerámos inalterado o valor relativo a financiamentos de médio e longo prazo, pelo facto de o Município não apresentar esta informação ao semestre, motivo pelo qual o valor dos financiamentos de médio e longo prazo não apresentam variações.

O montante apresentado na rubrica de fornecedores, inclui 235.316,69 € de faturas em receção e conferência, o que corresponde a diversas faturas de fornecedores, recebidas, mas ainda não lançadas na conta corrente do fornecedor, por aguardarem validação dos serviços.

5.3 Demonstração dos resultados

Considerando os pressupostos anteriormente referidos, apresentamos abaixo a demonstração de resultados comparativa para o período findo em 30 de junho de 2019.

O resultado líquido provisório, apresenta-se negativo, no montante de 967.990,20€. Este resultado, na sua maioria é consequência da falta de especialização de rendimentos, nomeadamente o registo da 2ª renda de concessão da EDP, (cerca de 435.000,00€) que foi apenas registada em julho e outras receitas que o município recebeu, mas que a esta data, não estavam especializadas. Tal facto, justifica o resultado negativo.

Voltamos a chamar a atenção para a necessidade de revisão do procedimento de registo, em conformidade com o SNC-AP.

Rendimentos e Gastos	Período	
	30.06.2020	30.06.2019
Impostos, contribuições e taxas	4 729 258,47 €	4 983 648,23 €
Vendas	700 130,13 €	506 887,81 €
Prestação de serviços e concessões	2 098 378,11 €	2 309 631,23 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	7 246 063,11 €	7 824 373,88 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 60 021,42 €	- 71 902,93 €
Fornecimentos e serviços externos	- 3 938 268,45 €	- 4 118 178,89 €
Gastos com o pessoal	- 4 364 169,38 €	- 4 236 527,83 €
Transferências e subsídios concedidos	- 2 270 470,23 €	- 1 640 164,81 €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- 5 216,63 €
Outros rendimentos e ganhos	653 229,07 €	252 742,93 €
Outros gastos e perdas	- 787 333,81 €	- 1 244 035,27 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 006 795,60 €	4 561 257,72 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 4 975 403,72 €	- 4 720 171,36 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 968 608,12 €	- 158 913,64 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13 383,60 €	439 364,13 €
Juros e gastos similares suportados	- 12 765,68 €	- 23 678,90 €
Resultado antes de impostos	- 967 990,20 €	256 771,59 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €
Resultado líquido do período	- 967 990,20 €	256 771,59 €

5.3.1 Evolução dos gastos

Efetuada uma análise aos gastos de 2020, podemos concluir que houve um aumento de 2,2% face a igual período de 2019.

Evolução dos gastos	30.06.2020	30.06.2019	variação	
			valor	%
Transferências e subsídios concedidos	2 270 470,23 €	1 640 164,81 €	630 305,42 €	38,43%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	60 021,42 €	71 902,93 €	- 11 881,51 €	-16,52%
Fornecimentos e serviços externos	3 938 268,45 €	4 118 178,89 €	- 179 910,44 €	-4,37%
Provisões (aumentos/reduções)	- €	5 216,63 €	- 5 216,63 €	-100,00%
Gastos com o pessoal	4 364 169,38 €	4 236 527,83 €	127 641,55 €	3,01%
Outros gastos e perdas	787 333,81 €	1 244 035,27 €	- 456 701,46 €	-36,71%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 975 403,72 €	4 720 171,36 €	255 232,36 €	5,41%
Juros e gastos similares suportados	12 765,68 €	23 678,90 €	- 10 913,22 €	-46,09%
	16 408 432,69 €	16 059 876,62 €	348 556,06 €	2,17%

As transferências e subsídios correntes concedidos tiveram um aumento de 38,43% comparativamente com o período homologado, resultado da política social do executivo, quer pela alteração contabilística (SNC-AP) subjacente.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (24,0%) e os gastos com o pessoal (26,6%). Comparativamente com o período de 2019, os fornecimentos e serviços externos tiveram uma diminuição de cerca de 4,37% e os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 3,1%.

De seguida, passamos para a análise dos rendimentos de 2020 e a sua evolução face ao período homologado.

Evolução dos rendimentos	30.06.2020	30.06.2019	variação	
			valor	%
Impostos, contribuições e taxas	4 729 258,47 €	4 983 648,23 € -	254 389,76 €	-5,10%
Vendas	700 130,13 €	506 887,81 €	193 242,32 €	38,12%
Prestação de serviços e concessões	2 098 378,11 €	2 309 631,23 € -	211 253,12 €	-9,15%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	7 246 063,11 €	7 824 373,88 € -	578 310,77 €	-7,39%
Outros rendimentos e ganhos	653 229,07 €	252 742,93 €	400 486,14 €	158,46%
Juros e rendimentos similares obtidos	13 383,60 €	439 364,13 € -	425 980,53 €	-96,95%
	15 440 442,49 €	16 316 648,21 € -	876 205,72 €	-5,37%

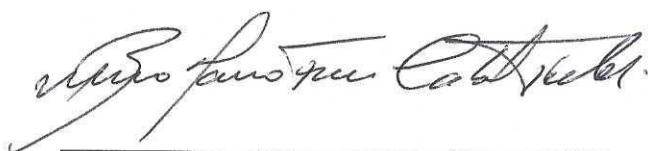
A rubrica de venda, prestação de serviços e outros rendimentos contempla essencialmente as receitas da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e a receita da exploração de parques e recintos, de parques eólicos, entre outros.

No que se refere à rubrica de impostos, contribuições e taxas compreendem as receitas recebidas relacionadas com os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

À semelhança do que acontece em outras rubricas, algumas destas contas não têm comparabilidade com o ano anterior devido à da transição para o novo normativo.

Importa, no entanto, ter em consideração, a diminuição global dos rendimentos, na ordem dos 5,37%. Esta redução, na sua maioria, é justificada pela falta de registo de proveitos referentes ao semestre, mas que não foram especializados, sendo registados apenas em data posterior.

Lisboa, 14 de setembro de 2020



Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda